

TCU aponta 70 obras irregulares

Guilherme Evelin

O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou indícios de irregularidades graves em 70 obras financiadas com recursos federais que constam do Orçamento da União do próximo ano. Os problemas foram descobertos durante auditorias feitas pelo TCU ao longo do primeiro semestre deste ano e constam de relatório entregue pelo presidente do tribunal, Valmir Campelo, ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), para subsidiar a elaboração do Orçamento de 2005. As obras relacionadas não poderão receber novos recursos até que as falhas constatadas sejam saneadas.

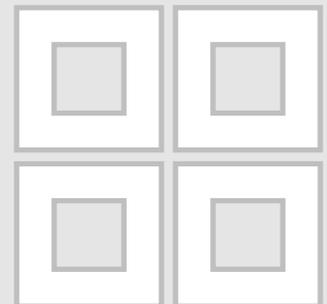
Ao fiscalizar 414 obras públicas, os auditores do TCU encontraram 137 irregularidades que vão de superfaturamento, desvio de recursos, problemas no processo de licitação, inexistência de projeto básico até o descumprimento de exigências da legislação ambiental. A maior parte das irregularidades foi encontrada em projetos de construção e recuperação de rodovias a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), ligado ao Ministério dos Transportes (ver quadro). O DNIT é o sucessor do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), foco de corrupção ao longo da história da República. Em percentual de obras com problemas, o DNIT só perde para o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), ligado ao Ministério da Integração Nacional.

Nas obras em que os auditores do TCU encontraram irregularidades, a União estava fazendo investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões. Nas 414 obras fiscalizadas (onde está prevista a aplicação de R\$ 20 bilhões, cerca de 90% do total de investimentos da União), foram encontrados indícios de superfaturamento em 47. “Os números assustam. Mas não é o TCU que pára a obra. A decisão política é do Congresso”, comentou o ministro Valmir Campelo, depois da entrega do relatório a Sarney. Campelo fez questão, porém, de ressaltar que boa parte das irregularidades são anteriores ao governo Lula.

MANOBRAS

O presidente do TCU recomendou que os órgãos públicos responsáveis pelas obras evitem manobras protelatórias e procurem encaminhar explicações ao tribunal sobre os problemas detectados para evitar o bloqueio de recursos no próximo ano. Após a inclusão no quadro de indícios de irregularidades graves da lei orçamentária, uma obra só pode voltar a ter recursos liberados após a aprovação de um decreto legislativo específico pelo Congresso, com base em informações prestadas pelo TCU. Cerca de 350 analistas de 26 estados foram acionados para o trabalho de fiscalização, além da sede em Brasília.

"(...)irregularidades que vão de superfaturamento, desvio de recursos, problemas no processo de licitação, inexistência de projeto básico até o descumprimento de exigências da legislação ambiental."



O DNIT, por meio da assessoria de imprensa, não quis se manifestar sobre o relatório do TCU sob a alegação de que desconhecia o teor do relatório. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, atacou o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Após encontro com o senador José Sarney, Ciro disse que as irregularidades indicadas pelo TCU fazem parte da “herança maldita”. “Desde a posse do presidente Lula, determinamos a suspensão de qualquer fluxo de recurso para qualquer obra ou projeto que estivesse com irregularidades indicadas pelo Tribunal de Contas”, disse o ministro da Integração Nacional.

TRÊS PROJETOS SOB SUSPEITA

Entre as 70 obras onde o TCU encontrou irregularidades, três se encontram no Distrito Federal. Referem-se à construção do Instituto da Criança e do Adolescente no Hospital Universitário de Brasília (HUB), à construção de barragens na implantação da irrigação na bacia do Rio Preto e à adequação do anel rodoviário da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia).

Segundo o relatório do TCU, no caso do HUB — projeto de construção de ambulatório, prontoso

corro e enfermaria para crianças e adolescentes —, houve “contratação sem a regular licitação”. O diretor do hospital, Cláudio Freitas, desmentiu a realização de qualquer contratação. Segundo ele, no final do ano passado, foram liberados pelo governo federal R\$ 4 milhões para o projeto, mas nenhum centavo ainda foi gasto.

Na construção das barragens do Rio Preto, houve, segundo o TCU, “alterações indevidas de projetos e especificações”. O Ministério da Integração Nacional, responsável pelo projeto em convênio com a Secretaria de Agricultura do DF, informou que se referem a problemas ambientais detectados pelo Ibama. O convênio foi interrompido em junho do ano passado, depois que R\$ 5 milhões já haviam sido liberados para o projeto — só foram investidos cerca de R\$ 1 milhão.

Na obra do anel rodoviário da Epia, a irregularidade foi o “projeto básico deficiente ou inexistente”. Segundo Brasil Américo, diretor-geral do Departamento de Estradas Rodagem (DER), foram constatados dois problemas, relativos à obtenção de licença ambiental e ao sistema de informações utilizado para o orçamento de licitação. De acordo com Américo, o primeiro já resolvido. O segundo está em fase de regularização.

RECOMENDAÇÕES AO BOLSA-FAMÍLIA

Relator de uma auditoria realizada para verificar a eficácia do Bolsa-Família, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar afirmou que, desde abril, “as ineficiências dos programas sociais anteriores foram ampliadas” a partir da implementação.

O programa unificou o cadastro dos beneficiados pelo Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Vale-Gás. Para Aguiar, da forma com que está sendo conduzido, o Bolsa-Família é “um mero programa de transferência de renda” e não promoverá a inclusão social: “Por mais desigual que esse país seja, acho importante que as condicionalidades sejam cumpridas.”

Nas últimas semanas, o governo federal foi alvo de uma série de críticas por haver suspendido a fiscalização da frequência escolar. Uma das contrapartidas exigidas pela lei que criou o programa é que, nas famílias beneficiadas, as crianças estejam matriculadas na escola e participem de 85% das aulas. As outras condicionalidades são carteira de vacinação em dia, acompanhamento nutricional até os 15 anos e acompanhamento pré-natal das gestantes.

OS CAMPEÕES		
Principais órgãos com indícios de irregularidades em obras		
Órgão	N ° de obras	Percentual
Departamento Nacional de Obras contra as Secas	6	37,5%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	37	37,4%
Ministério da Integração Nacional	12	34,3%
Fundo Nacional de Saúde	2	28,6%
CBTU	2	25%
Ministério do Esporte e Turismo	1	20%
Centrais elétricas do Norte do Brasil	1	8,3%
Outras	9	9,9%.

Segundo o relatório da auditoria, as razões para a falta de controle são o desmantelamento dos comitês gestores e a falta de estrutura do Ministério de Desenvolvimento Social. Apesar do decreto publicado ontem no Diário Oficial, regulamentando a lei que criou o Bolsa-Família, a efetivação das medidas de controle ainda dependem da publicação de uma portaria.

VOTAÇÃO

Os auditores do TCU estiveram em 20 municípios de quatro estados (Bahia, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul), entre 3 de maio e 9 de julho. O parecer do ministro Aguiar será apresentado para votação em plenário no dia 29, na sede do TCU, em Brasília.

Os auditores verificaram que o acompanhamento da saúde dos beneficiados está sendo feita por outros dois programas do Ministério da Saúde, o Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde. O problema, nesse caso, é que não existem postos de saúde nem profissionais nos municípios menores.

Uma das sugestões que o TCU deve fazer ao governo federal será privilegiar os municípios menores nos investimentos do Ministério da Saúde. As outras recomendações: cumprir da lei, especialmente em relação à fiscalização do cumprimento das condicionalidades; distribuir a lista de famílias beneficiadas às prefeituras de cada município e aos ministérios da Educação e Saúde; melhorar a articulação com outros programas de saúde que fazem o acompanhamento de vacinação, nutrição e pré-natal; aumentar a divulgação do programa, através de campanhas publicitárias; e capacitar os comitês gestores, que, desde a extinção do Bolsa-Escola, não receberam orientações sobre o programa que o substituiu. O Ministério de Desenvolvimento Social, até às 18h, não havia se manifestado sobre o resultado da auditoria.

(Correio Braziliense - 22/9)

